



(Des)Construindo a violência filiofamiliar – análise de um caso de intervenção terapêutica na violência filiofamiliar com adolescente em acolhimento institucional

Neusa Patuleia*

Isabel Alberto**

Roberto Pereira***

- * Psicóloga clínica e terapeuta familiar na Associação “Chão dos Meninos”; doutoranda do Curso Interuniversitário em Psicologia Clínica - Psicologia da Família e Intervenção Familiar (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE Coimbra e Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa - FP Lisboa)
- ** Docente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade de Coimbra; membro do Centro de Ciências Forenses - CENCIFOR; terapeuta familiar
- *** Psiquiatra; terapeuta familiar; diretor de Euskarri, Centro de Intervenção em Violência Filiofamiliar

Instituição: Associação de Amigos da Criança e da Família “Chão dos Meninos”, Évora, Portugal

Resumo:

Na sequência do crescente fenómeno de violência filiofamiliar (VFP) em Portugal, e sem que profissionais e famílias tenham um referencial comum em torno dessa problemática, proliferam pedidos de avaliação e intervenção no âmbito da proteção de adolescentes com comportamentos disruptivos colocando-se recorrentemente em situações de risco, sem que os pais lhes consigam impor qualquer

limite. Depois de avaliados, percebemos que as problemáticas apontadas são consequência de um padrão de VFP. Ilustramos um processo de intervenção terapêutica num desses casos, com adolescente em acolhimento institucional, visando a reunificação familiar. Numa perspectiva de intervenção ecossistêmica, preconizou-se trabalho em todas as áreas de vida da adolescente, nos diferentes níveis socioterapêuticos, a partir da intervenção terapêutica familiar, que decorreu em sessões de coterapia mensais (10 sessões+2 follow-up). Tendo como referência o protocolo utilizado no Centro de Intervenção em VFP, Euskarri, procurou-se reformular o problema identificado e desconstruir as narrativas dominantes em torno da VFP, incidindo nas 3 áreas disfuncionais da família: hierarquia; proteção/segredo; separação/fusão. Com a intervenção terapêutica realizada, o problema passou do adolescente violento para a dinâmica familiar vigente, pela circularidade e metacomunicação; verificaram-se mudanças qualitativas no padrão de funcionamento familiar, e foi possível a reunificação familiar.

Palavras-chave: Violência filiofamiliar; Intervenção terapêutica; Acolhimento institucional; Mudança; Reunificação familiar.

(De) Constructing Child-to-Parent Violence - Therapeutic Intervention in Child-to-Parent Violence, featuring an Adolescent in Institutional Care

Following the growing phenomenon of Child-to-Parent Violence (CPV) in Portugal, with no common reference around this problematic available to both professionals and families, requests for assessment and intervention within the protection of youth proliferate, of adolescents characterized as having a disruptive behavior, placing themselves constantly in hazard, with parents being unable to impose limits. Once evaluated, we realize the problematics highlighted are the result of a CPV pattern. This paper presents a process of therapeutic intervention in a CPV case, featuring an adolescent in the context of institutional care, towards the completion of family reunification. In a perspective of an ecossystemic intervention, work was professed in all areas of the teenager's life, on different sociotherapeutic levels, from the familiar therapeutic intervention, held in monthly cotherapy sessions (10 sessions+2 follow-up). Taking as reference the Protocol used in the Intervention Center in CPV, Euskarri, it was sought to reformulate the identified problem and to deconstruct the dominant narratives around CPV, focusing on the 3 dysfunctional areas of the family: hierarchy, protection/secret; separation/fusion. During the intervention period, the problem perspective changed from the violent adolescent to current family dynamics, through circularity and meta-communication; qualitative changes in the pattern of the family functioning were noted and reunification was possible.

Keywords: Child-to-Parent Violence; Therapeutic Intervention; Institutional Care; Change; Family Reunification.

Introdução:

Cottrell (2001)¹ define a violência filio-parental (VFP) como um ato cometido por um filho com a intenção de causar medo e dano físico, psicológico ou financeiro e que tem como objetivo a aquisição de controle e poder sobre o progenitor, envolvendo, por isso, ameaça, intimidação e dominação (Paterson et al. 2002)². Pereira (2006)³ define a VFP como um comportamento de violência física (agressões, empurrões, atirar objetos); verbal (insultos repetidos, ameaças); ou não verbal (ameaças de agressão, destruição de objetos apreciados), realizado de maneira repetida por parte dos filhos em relação aos progenitores ou adultos que ocupem o seu lugar.

A violência filio-parental (VFP) é um problema social que se manteve na obscuridade durante décadas (Robinson et al. 2004)⁴. A primeira referência na literatura é creditada a Harbin e Madden (apud Walsh e Krienert, 2007)⁵, que a definem em 1979 como um “novo” tipo de violência familiar. Os estudos indicam que, nas décadas de 80 e 90, anualmente, 5 a 10% dos adolescentes nos EUA agrediam os seus progenitores (Cornell e Gelles 1982; Agnew e Huguley 1989; ambos apud Brezina 1999)⁶ e que 7 a 18% de famílias biparentais e 29% das famílias monoparentais tinham vivido situações de VFP (Peek et al. 1985)⁷. No Canadá, enquanto DeKeseredy (1993)⁸ estimou que 1 em cada 10 progenitores eram agredidos pelos seus filhos, o Canadian National Clearing House of Family Violence (2003)⁹, num estudo de larga escala, indicava que 14% dos progenitores já tinham sido fisicamente agredidos pelos seus filhos adolescentes. Na França, o valor apontado por Laurent et al. (1999)¹⁰ é significativamente mais baixo, de 0,6%.

Mais recentemente, Cyrulnik (2005)¹¹ referencia que a VFP tem adquirido dimensões mundiais, com uma incidência de 1% nas famílias francesas, 4% nas japonesas e 6% nas norte-americanas. Corroborando essa ideia, uma investigação levada a cabo em Bilbao (Calvete et al. 2010)¹² com 1.427 adolescentes indicou que 7,2% haviam sido violentos contra os seus pais.

As diferenças nos valores estimados podem decorrer do uso de diferentes escalas de medida e métodos de recolha de dados, pelo que se torna difícil estabelecer comparações. Por outro lado, tal como acontece nas outras formas de violência intrafamiliar, há o consenso quanto a que a prevalência da VFP é superior à apontada pelos dados estatísticos, uma vez que os progenitores têm vergonha em reconhecer a VFP na sua família, chegando a tolerar altíssimos níveis de agressão antes de solicitarem ajuda. Numa tentativa de preservar o mito da harmonia familiar, mantêm a VFP como um segredo¹³, rejeitando o confronto, evitando a discussão aberta sobre a conduta violenta, ocultando-a ou minimizando-a, e resistem a impor castigos e respostas consistentes antes das agressões¹⁴.

A crença generalizada de que os progenitores precisam proteger os seus filhos, mesmo contra a sua vontade, e a falta de clareza e objetividade acerca do que é um comportamento aceitável ou intolerável têm contribuído para o reconhecimento tardio da VFP, mesmo entre os profissionais de ajuda e decisores políticos¹⁵.

Apesar de se encontrarem referências a pesquisas relativas às intervenções clínicas, a literatura indica que a VFP é um problema relevante que tem sido negligenciado pela investigação clínica². A análise realizada identifica como estratégias de intervenção em situações de VFP os modelos narrativos e focados na solução, que convidam os adolescentes a assumir a responsabilização pelos seus comportamentos violentos, e as vítimas, a reescreverem as suas vidas com uma visão de empoderamento (De Shazer e Berg, 1992¹⁶; Jenkins, 1990¹⁷; Micucci, 1995¹⁸; Sheehan, 1997¹⁹; White, 1988²⁰; White e Epston, 1990²¹). Contudo, a investigação desenvolvida nos últimos anos demonstra que a VFP não resulta de uma relação de causa única, mas é um fenómeno complexo, multifacetado e pluricausal que só pode ser compreendido a partir de um modelo ecológico que integre variáveis intrapessoais, familiares, culturais e comunitárias²². Sendo que o tratamento dessa problemática deve incidir numa abordagem relacional, para ampliar as possibilidades de êxito, é necessário intervir no circuito em que se estabelece a violência e não só no membro familiar que manifesta o sintoma²³. Por essa razão, Loketek (apud Alarcão 2000)²⁴ considera que, na leitura da violência, a intervenção terapêutica deve implicar todos os elementos em relação, explorando a violência nos diferentes subsistemas familiares.

Assim, a partir da revisão de estudos sobre a experiência clínica e do trabalho terapêutico com famílias nas que ocorre VFP, consideramos pertinente apresentar um processo de intervenção realizado com uma família sinalizada com VFP, em que a filha adolescente tinha uma medida de institucionalização, recorrendo ao Protocolo de Intervenção em VFP desenvolvido por Pereira (2006)²⁵ com base numa compreensão ecológica do fenómeno.

Enquadramento do caso

O agregado é constituído por 3 elementos: os dois progenitores e Maria. A mãe trabalha num restaurante, e o pai é jardineiro. Maria tem 15 anos e concluiu o 4º ano de escolaridade. Eles vivem nos arredores de um grande centro urbano.

Não se verificam relações próximas com família alargada. A família de origem do pai vive no norte de País, restringindo-se o contacto a visitas anuais. A mãe de Maria foi abandonada quando criança, vivendo com uma madrinha até aos 11 anos de idade, altura em que foi trabalhar como empregada doméstica, não tendo qualquer referência da família alargada.

O acolhimento institucional de Maria surge como resposta à sinalização pelo sistema de protecção de situação de perigo no seu meio natural de vida²⁶. Tendo como base o princípio da prevalência da família como um direito essencial ao desenvolvimento saudável do ser humano, sempre que não exista inibição judicial de contactos, deve-se procurar envolver a família num projeto de intervenção social e terapêutica que promova o desenvolvimento integral e harmonioso da criança/adolescente com vistas à diminuição dos fatores de risco e à melhoria da qualidade das relações familiares a fim de preconizar a reunificação familiar²⁶. Assim, Maria foi acolhida num Centro de Acolhimento Temporário para Adolescentes (CAT) a

160 km de distância da residência do seu agregado familiar, pelo prazo de seis meses, na sequência de um crescente absentismo escolar, fugas da casa dos pais, comportamentos violentos para com a mãe, destruição de objetos, ausência de um efetivo controle por parte dos progenitores e a consequente iniciação de percursos alternativos desadequados, nomeadamente, no plano de relações com pares igualmente com percurso de exclusão social, comportamentos disruptivos, consumos e envolvimento em pequenos furtos.

Os progenitores não demonstravam capacidade para gerir essa situação, assumindo não conseguir “forçar” a jovem a frequentar a escola e a travar os comportamentos de violência e risco. A situação foi acompanhada por serviços locais de 1ª linha na área da Infância e Juventude que responsabilizavam os pais pela ausência de limites da jovem, pelo seu percurso de desinvestimento escolar, procurando envolver a jovem num acompanhamento psicológico e psiquiátrico que nunca se chegou a efetivar face à oposição de Maria.

Enquadramento da intervenção

Após o acolhimento de Maria, a assistente social e a psicóloga da equipe do CAT recolheram informação sobre a família e a intervenção realizada até então numa reunião com os técnicos dos vários serviços que acompanhavam e sinalizaram a situação e numa 1ª entrevista com os progenitores.

As problemáticas apontadas pelos serviços e progenitores centravam-se nas seguintes questões:

- Absentismo escolar;
- Constantes fugas da casa dos pais (4 participações à Polícia);
- Falta de respeito pelos pais;
- Muita agressividade contra objetos e progenitora (empurrões);
- Violência verbal dirigida à progenitora.

Na entrevista com os progenitores, o pai referiu que a Maria sempre foi “rebelde e autoritária” e que, desde pequena, dizia querer bater na mãe ou no pai, enquanto a mãe lamentou ter sido tão protetora e terem-lhe feito todas as vontades, apontando os 13 anos de Maria como o momento de início do namoro com um jovem com comportamentos de risco e dos comportamentos agressivos, colocando a “culpa” dos comportamentos da filha no namorado e nas “companhias”, uma vez que ela era rebelde mas “tinha um fundo bom e meigo”.

O acolhimento da jovem foi pautado por algumas crises de desespero (com choro e gritos) e revolta, manifestada por comportamentos e atitudes desafiantes (ex. gritos, ofensas, pontapés nos móveis, ameaças de fuga e de suicídio).

Em 1ª entrevista individual com Maria, ela falou dos comportamentos de desafio em relação aos progenitores (absentismo, fugas, gritos e ofensas à progenitora) sem lhes reconhecer gravidade suficiente para justificar o seu acolhimento. Disse que o principal responsável por estar institucionalizada era o pai, por ter feito queixa de algumas fugas, mas assegurou saber que a mãe não aguentava estar longe dela, pelo que iria tirá-la dali, verbalizando: *“a minha mãe não vive sem mim (...) ela não vai aguentar e ainda lhe dá uma coisa má (...) o meu pai sim (...) ele quer-me presa (...) mas a minha mãe não (...) ela não vai permitir isto”*.

Aferiu-se a disponibilidade dos progenitores para o processo terapêutico e acordou-se dar início à terapia familiar, conciliando a sua disponibilidade em se deslocarem ao CAT para visitarem Maria e realizar as sessões mensalmente.

Numa perspetiva de intervenção ecossistêmica, procurou-se trabalhar com Maria nas diferentes áreas da sua vida, nomeadamente no plano individual e educativo, na relação com adultos e pares, visando a promoção de competências pessoais, sociais e de responsabilização. A par do acompanhamento psicológico individual, com a integração em turma de 2º ciclo, em programas de voluntariado e em atividades culturais e desportivas, procurou-se promover vivências que lhe permitissem desenvolver competências de vida de acordo com a sua faixa etária²⁴. Por parte de Maria, verificou-se um padrão de desinvestimento acentuado em atividades (escolares e outras), mas esse padrão conseguiu por vezes ser colmatado com o investimento efetuado pelos adultos e/ou pares com que se relacionava, apontando para estratégias de intervenção em que as atividades se realizavam de forma acompanhada, funcionando como motivação.

Intervenção terapêutica familiar^{25,27}

Esta intervenção foi efetuada em coterapia, com dois elementos da equipe técnica do CAT, em sessões familiares mensais. Durante esse processo, recorreu-se a estratégias interventivas dos modelos de primeira e segunda cibernéticas que permitiram a reformulação do problema e a desconstrução das narrativas dominantes em torno da violência filio-parental, procurando pontuar os acontecimentos de forma diferente, coconstruindo uma narrativa mais adaptativa²⁴.

1ª Sessão - progenitores e Maria

O pai referiu que o casamento foi na sequência de uma gravidez não planejada, que não fazia parte dos seus planos.

A mãe verbalizou ter ficado muito feliz com a gravidez de Maria, uma vez que sempre tinha ambicionado ser mãe e ter uma família.

Maria identificou-se como mais próxima do pai quando era pequena e mais *“ligada à mãe na adolescência”*.

Ambos os progenitores verbalizaram que sempre tinham dado tudo (ex. roupas de marca, celulares, computador) e feito todas as vontades de Maria (ex. café da manhã na cama, fruta cortada, bolachas e cereais especiais e mais caros para ela), sendo que ela não tinha sabido dar o devido valor a isso e, na entrada da adolescência, as exigências tinham sido a ser também em relação às saídas à noite, dormidas fora de casa e dinheiro, procurando impor a sua vontade com gritos, pontapés nas portas e ofensas à mãe, chegando mesmo a empurrá-la.

Maria confirmou essa situação e não demonstrou qualquer ressonância afetiva à tristeza e desilusão dos pais; pelo contrário, descentrou-se do problema apresentado por eles verbalizando: *“deram e fizeram porque quiseram”*, assumindo uma postura acusatória pelo fato de estar institucionalizada e os progenitores não.

Ilustramos o padrão relacional de Maria com os progenitores, numa perspectiva instrumental, associado à obtenção de ganhos materiais. Procuramos enfatizar a acomodação da família a esse padrão de funcionamento e dar uma leitura explicativa da conduta violenta à luz dos antecedentes/desencadeadores, começo, duração, reações e atitudes de todos os elementos do sistema familiar.

Os pais estavam muito centrados no namoro de Maria, colocando a tônica dos problemas de comportamento da jovem no início e manutenção do namoro. Procurou-se, então, colocar a tônica do problema no sistema familiar, refletindo com eles sobre o fato de não se poder controlar os comportamentos dos outros, mas podermos assumir parte do controle sobre o que se passa na nossa família, sobre a solução, e no investimento nas relações com quem nos é próximo. Validou-se ainda o sofrimento de todos os elementos da família, decorrente da relação disfuncional instalada.

Foi-lhes proposto que identificassem qualidades dos restantes elementos do sistema de forma a descentrá-los dos aspetos unicamente negativos que referiam de cada um dos outros.

2ª Sessão - só com os progenitores, pois Maria não quis participar

Maria tinha feito uma fuga do CAT, e os progenitores estavam muito centrados no comportamento de risco, com dificuldade em colocar a tônica na relação.

Continuou-se trabalhando na clarificação da conduta violenta (solicitando que descrevessem alguns episódios) e explorando o funcionamento familiar em torno do sintoma da violência/desafio.

Realizou-se o genograma familiar e falou-se sobre a história familiar de cada um dos progenitores, bem como sobre os problemas que ambos tinham sentido nos seus percursos de vida.

O pai vem de uma família de origem em que o seu próprio pai era alcoólico e violento com a mãe e filhos, daí condenar uma conduta mais agressiva e ter sido demasiado passivo com Maria.

A mãe sentia que só tinha tido uma família quando casou e Maria nasceu e, por isso, sempre a viu como uma dádiva e lhe permitiu fazer tudo.

Identificou-se nesta família um estilo educativo permissivo-liberal²⁸, relacionado principalmente com a fusão emocional entre uma jovem violenta e o progenitor agredido, o que se enquadra na atual conceitualização de VFP²⁹. Assim, a hipótese terapêutica formulada foi: a inversão do poder na hierarquia familiar e a associação que Maria realizava entre pais e bens de consumo, tendo dessa relação com os seus progenitores uma perspectiva estritamente instrumental. A manutenção desse padrão resulta da necessidade de os seus progenitores se confirmarem como “bons pais cuidadores” e mais próximos da jovem, salvaguardando-se do envolvimento emotivo, da manifestação e comunicação de afetos positivos e negativos.

Trabalhamos na necessidade de subverter esse padrão de “pais-bens de consumo” para “pais-funções parentais” (dos afetos aos limites), pensando em conjunto em como é que se poderiam introduzir mudanças nesse padrão relacional.

Ambos os progenitores mostraram capacidade de perceber o valor do seu comportamento, assumindo que essa era a forma como se sentiam mais próximos de Maria, compensando-a por aquilo que eles mesmos não tinham tido, e reconheceram a angústia que sentiam por Maria só valorizar o ganho imediato. A mãe assumiu que teria dificuldade em fazer diferente, apesar de ser uma mudança que lhe fazia sentido.

3ª Sessão - momentos individuais com cada um dos progenitores

Procurou-se perceber o funcionamento familiar na perspetiva individual de cada um dos progenitores, uma vez que sentimos que o casal tinha se organizado em torno de Maria e se mantinha focado no problema identificado.

A progenitora considerava que o pai deveria ser mais firme na educação de Maria e que ela tinha sido muito “*mãe-galinha, muito protetora... demais*”, em oposição ao marido, que tinha sido “*permissivo e ausente demais*”. Demonstrou dificuldade em perceber-se como parte do problema e da solução, uma vez que sentia que a filha não sabia valorizar tudo o que ela tinha feito por ela. Assumiu que procurava compensar a filha por aquilo que ela própria nunca tinha tido. Referiu que o marido era distante e pouco afetuoso com ela e com a filha, mas que não ligava, que não falavam sobre os seus sentimentos.

O progenitor verbalizava e manifestava o seu sofrimento e insatisfação na relação familiar, fruto da sua relação de casal. Assumiu que estava contrariado na relação e que tinha acabado por se demitir do seu papel ativo no âmbito familiar para evitar conflitos maiores. Mencionou ter consciência da responsabilidade que ambos tinham no processo educativo da filha e mostrou-se disponível para mudar, apesar de se sentir impotente e não saber como fazer, solicitando que as terapeutas assumissem uma postura educativa para com eles, pais.

Procurou-se ressaltar o seu papel de pai em detrimento do seu papel de marido e das opções que tomasse a esse respeito.

4ª Sessão de terapia familiar

Momento com a mãe

Surgiu a necessidade de pontuar com a progenitora a relação familiar e a dinâmica familiar, uma vez que ela mostrou estar muito defensiva e reativa, com dificuldade em assumir-se como parte do problema e, como tal, parte da solução. Procurou-se desmontar a necessidade dos contatos constantes com a filha, no poder que conferia a essa última com essa manifestação de ausência de autocontrole em relação às suas preocupações, que acabavam por ser completamente desvalorizadas por Maria e surtiavam um efeito perverso na relação entre ambas, muitas vezes culminando em violência.

Momento com o pai

Com o progenitor, pontuaram-se as mesmas questões abordadas com a mãe. Contudo, o pai assumiu muito mais a sua responsabilidade nesse processo, como parte do problema e como parte da solução. Salvaguardamos a questão da culpa sentida pelo progenitor no papel de marido, pela insatisfação sentida, que o levava a se anular no papel de pai, considerando não ter legitimidade para interceder.

O progenitor demonstrou capacidade de refletir sobre essas questões e disse estar procurando fazer diferente. Verbalizou ter estado mais presente na vida da mulher desde o início da terapia, procurando estar mais ativo em casa. Disse sentir-se melhor com isso, uma vez que era o que a sua consciência mandava fazer.

Momento com ambos os progenitores

Considerando que progenitores demasiado permissivos, que mantêm uma relação parento-filial simétrica desde tenra idade dos seus filhos, registrando-se uma ausência de regras hierarquizadas, demonstram dificuldades acrescidas em assumir o poder parental³⁰, colocou-se a tônica na formulação de objetivos comuns e na delimitação do processo em torno da revisão da medida daí a 6 meses, bem como na triangulação temporária do sistema familiar com a instituição, a fim de propiciar o distanciamento necessário à reorganização do poder e da hierarquia familiar.

Refletiu-se sobre a importância da comunicação entre os progenitores e do acordo entre ambos na função parental, uma vez que Maria tinha crescido sentindo-os em lados opostos e “*jogava*” com isso, tirando dividendos em termos de bens adquiridos e permissão para saídas.

Procurou-se clarificar a dificuldade desse processo e o fato de ser bastante doloroso para ambos, reforçando a necessidade de serem mais consistentes²⁵.

5ª Sessão

1º Momento - com ambos os progenitores

Começou-se por devolver-lhes um novo olhar sobre a forma como o sistema familiar tinha se desenvolvido, sendo que Maria foi aprendendo a tirar ganhos imediatos da relação de algum distanciamento entre o casal. Ambos perceberam e aceitaram essa leitura.

Procurou-se encontrar novas formas de se relacionarem entre si, partindo do pressuposto de que as mudanças e os modelos têm de partir dos progenitores. Trabalhou-se a partir da ideia preconcebida e aceite no sistema de que a atribuição de ganhos imediatos (bens de consumo) significavam “*gostamos de ti, filha*”, substituindo as manifestações de afeto e a dimensão emocional.

Pretendeu-se regular em conjunto, no sistema terapêutico, as questões da aliança mãe-filha e do papel periférico do pai que tinham facilitado a triangulação e o exercício invertido de poder:

- Contatos telefônicos diários em conjunto (máx. 3 por dia);
- Formas de comunicação assertiva, manifestando preocupação;
- Saber dizer “*não*” aos pedidos e amos de Maria sem descurar transmitir-lhe apoio, preocupação e afeto pela palavra.

Foi ponderada a necessidade de Maria ir a casa nalguns fins de semana para se trabalhar a relação filha-progenitores, mas eles, principalmente a mãe, mostraram-se reticentes, com receio de que a jovem fugisse de novo.

2º Momento - com progenitores e Maria

Maria quis contar ao pai que fumava e escreveu numa folha de papel – pois queria dizê-lo, mas não era capaz – que mostrou ao pai na sessão. Essa iniciativa revelou maior proximidade na comunicação e confiança na relação pai-filha, pelo que conversamos sobre o valor/significado dessa atitude para todos.

Chegou-se a acordo de que era importante que a jovem fosse a casa no fim de semana e que fosse planejado em conjunto um programa centrado na família. Num processo coconstruído em contexto de terapia familiar, foi elaborado um programa, de forma a transmitir sentimentos de segurança e compromisso a todos os elementos do sistema.

6ª Sessão - ambos os progenitores e Maria

Conversou-se sobre o fim de semana familiar e sobre o que cada um tinha sentido e valorizado. Foi notória a satisfação em comunicar sentimentos associados aos momentos de partilha.

Ficou combinado que Maria iria quinzenalmente passar os fins de semana a casa, com vistas à manutenção da relação entre os elementos do agregado e para haver oportunidade para a mudança nos padrões e dinâmicas de relação do sistema familiar, com o pacto *“sem violência e sem fugas”*.

7ª Sessão - ambos os progenitores e Maria

Trabalhou-se em torno dos fins de semana, com incidência no último.

Para o pai, a experiência tinha superado as expectativas e corrido muito bem. Considerou que a filha tinha mostrado estar mais madura, já sabendo ouvir. Descreveu a realização de programas a dois, enquanto a mãe estava trabalhando, e verbalizou que tinham conversado sobre coisas do dia a dia e não tinham se centrado nos problemas do passado; acima de tudo, destacou ter se sentido bem e o fato de terem conseguido conversar. Referiu que o momento mais importante tinha sido quando estavam almoçando frente a frente, por terem dedicado mais atenção um ao outro e terem conversado olhos nos olhos.

Maria contou que o momento mais importante para ela tinha sido quando dançou a valsa com o pai, no sábado à noite, quando saíram os 3. Inicialmente, demonstrou muita dificuldade em atribuir as razões que a tinham levado a sentir-se bem, tendo referido inicialmente a música e a dança, mas acabou por expressar que se sentiu mais próxima do pai.

A mãe disse ter tido pena de ter tido de trabalhar no sábado e não ter estado com eles, mas manifestou ter gostado muito de ter dançado com Maria a música “Mãe Querida”, tendo referido que foi muito importante para ela por ter sido no Dia das mães. Nessa altura, verificaram-se beijos, sorrisos e cumplicidade entre os 3 elementos do sistema. Relatou ainda sobre momentos em casa, de partilha, de

alegria entre ambas, referindo que *“ser mãe é uma das coisas mais importantes da vida”*. Referiu que o que mais tinha lhe custado foi o momento em que levou Maria ao ônibus de regresso.

Maria foi questionada acerca de qual havia sido o momento mais significativo com a mãe, e, de imediato, ela referiu: *“batatas cozidas”*, rindo em seguida. Explicou que há batatas cozidas na instituição muitas vezes e pontuou o que havia sido realmente importante para ela: *“comida feita pela minha mãe é diferente”*. Clarificando o significado dessa verbalização, surgiu a importância e o valor que estar com a mãe e ter a sua atenção e carinho tinha para ela. Quando esse tema foi aprofundado, Maria valorizou *“ter sido a mãe quem a servira ao prato”*, o que novamente pontuamos no plano dos afetos.

Maria entusiasmou-se e quis contar um episódio em que esteve dançando com a mãe em casa: ela tinha ensinado a mãe a dançar Kizomba, e a mãe tinha lhe ensinado outras danças. Referiu que tinha gostado desse momento em que *“estavam bem, rindo, ensinando e aprendendo uma com a outra”*.

Abordou-se também o que tinha corrido menos bem após esse fim de semana, já com Maria no CAT.

Segundo a mãe, a jovem tinha sido mal-educada e arrogante ao telefone, quando ela lhe falou sobre o que estavam planejando para o seguinte fim de semana em família: rancho e fados. Maria foi prepotente e não foi capaz de falar com a mãe sobre qualquer alternativa de que gostasse mais, nomeadamente estar com o namorado. Disse à mãe, aos gritos, que não ia a casa, e a mãe também lhe disse, que, sendo assim, não poderia ir. A mãe verbalizou que estavam disponíveis para ouvirem Maria sobre o que ela tinha para dizer relativamente ao que gostava de fazer, mas não para que ela impusesse a sua vontade.

O pai considerou, tal como a mãe, que Maria não podia começar aos gritos e a impor a sua vontade.

Maria acusou a mãe de também gritar e desresponsabilizou-se completamente das atitudes que tomava, pondo a tônica nos outros, demonstrando ter muita dificuldade em aceitar que os pais têm a última palavra a dizer no que diz respeito às decisões em casa.

Analisou-se de forma circular a questão do fim de semana, que Maria fez depender de estar com o namorado e que os pais, apesar de estarem dispostos a ceder a essa questão inicialmente, com a rigidez, imposição e arrogância da jovem, acabaram por considerar que não havia condições para que ela fosse a casa.

Maria acabou por não conseguir verbalizar querer ir, independentemente de estar ou não com o namorado, e acabou por não ir nesse fim de semana (tentativa de impor o poder que sente que está perdendo e de manter a relação tal como a conhece).

8ª Sessão terapia familiar - pais e Maria

Validou-se a forma como progenitores e Maria tinham gerido a sua relação, ilustrando com episódios de fins de semana, rotinas familiares redefinidas, comunicação e confiança restabelecidas e ganhos para os diferentes elementos nessa redefinição dos limites, hierarquia e poder familiares.

9ª Sessão - ambos os progenitores e Maria

Combinaram-se as férias de verão da jovem de acordo com as férias dos pais.

Maria - *“Já sou capaz de esperar”*. Dá o exemplo das férias, em relação às quais aceitara de bom grado a forma como os pais haviam considerado se organizar.

A mãe - *“Ela já é capaz de esperar sem fazer birras”*. Valorizou o fato de a filha ter arrumado o quarto na sequência do seu pedido: *“eu pedi-lhe e ela fez (...) pedi-lhe também para ir buscar roupa que tinha deixado no tanque, e ela foi.”*

O pai verbalizou: *“está tudo diferente, mas ainda tem um longo caminho a percorrer.”* Voltamos a pontuar e a devolver-lhes onde estava a necessidade de mudança: em todos os elementos do sistema²⁴.

Em relação à comunicação:

Mãe menciona: - *“tenho mais calma e tomo posições mais firmes (...) tento falar mais calmamente e com respeito (...) sinto-me bem neste papel (...) ela respeita-me e eu respeito-a”*.

Pai refere: - *“não mudei a minha forma de falar, mas falo mais e sinto-me mais próximo delas, que pertencemos todos ao mesmo”*.

Maria destaca: - *“não sei explicar (...) falamos muito mais e fazemos coisas juntos”*.

10ª Sessão - ambos os progenitores e Maria

Os progenitores mostraram-se apreensivos com a possibilidade de Maria ficar com eles 3 semanas seguidas. A comunicação e relação entre eles e a filha estavam bastante melhor, mas preocupavam-se em não conseguir assumir o poder dessa relação num período tão alargado.

Refletiu-se sobre essa questão, bem como sobre a importância de os progenitores restabelecerem a hierarquia familiar, procurando ensinar e manter de forma consistente os limites com a filha, que não tinham sido colocados em tempo devido²⁷.

Os progenitores falaram da ausência de envolvimento da jovem em qualquer atividade, que assumia tudo como “*uma seca*”, ficando na cama toda a manhã, e o pai verbalizou que continuavam dando a ela tênis novos, celular e roupa, mesmo o celular sendo um problema para a família, uma vez que Maria passava as noites e os dias ao celular.

Reiteramos a importância de eles assumirem o seu papel e poder na relação, sendo que alimentar esse padrão de funcionamento só promoveria a continuação dos comportamentos da jovem.

Na sequência desse período de férias, a jovem começou a ir semanalmente à casa dos pais.

11ª Sessão (follow-up 1) - ambos os progenitores e Maria

Ponto da situação das idas de Maria a casa em relação à dinâmica familiar, comunicação, rotinas e confiança. A comunicação entre a família foi apontada como muito positiva: a jovem respeitava os pais e participava nas dinâmicas familiares, tirando proveito no plano afetivo, e os progenitores tinham assumido e se apropriado do seu papel e poder na relação.

12ª Sessão (follow-up 2) - ambos os progenitores e Maria

A reorganização familiar contou com algumas tentativas de Maria de extrapolar os limites e reapropriar-se do poder indevido, mas os progenitores conseguiram definir claramente os limites, contando com a relação de proximidade e a comunicação positiva entre a díade parental²⁴.

Síntese da conceitualização do caso:

Estávamos perante um sistema familiar em que os comportamentos de desafio e violência filio-parental apareceram como sintoma de uma relação patológica entre os diferentes elementos. Por um lado, um progenitor demissivo e, por outro, uma relação fusional entre progenitora e filha, triangulando com ela em oposição ao pai. Com a entrada de Maria na fase da adolescência e a hierarquia do sistema subvertida, sem qualquer adulto com legitimidade para assumir o poder, Maria começou a revelar um conjunto de comportamentos indicadores da falta de limites relacionais que caracteriza a patologia relacional.

A violência familiar emerge como resultado da interação dos diferentes elementos da família, pelo que a intervenção deve ser familiar, centrada nas dinâmicas que geram e mantêm a violência¹³.

Esta família apresentava 3 áreas disfuncionais que potenciavam os comportamentos de desafio e a violência filio-parental²⁷:

1) Hierarquia

- a) Os progenitores tinham abdicado do seu papel, sendo que o pai tinha se distanciado da relação parental e a progenitora tinha estabelecido uma relação fusional e simétrica com a jovem;
- b) Ambos os progenitores atribuíam essa abdicação à personalidade da adolescente rebelde e às suas companhias;
- c) Manifestavam dificuldade em perceber que o poder de estabelecer regras e fazê-las cumprir se encontrava neles;
- d) Comportamento agressivo da parte da jovem como tentativa de “controle” e de imposição de poder na dinâmica familiar.

2) Proteção da harmonia familiar

- a) A família inicialmente negava a seriedade dos comportamentos agressivos da jovem;
- b) Procurava preservar o mito da harmonia e da paz familiar;
- c) Tinha desenvolvido regras que conduziam à manutenção do segredo;
- d) Os pais chegaram a tolerar níveis altos de agressividade antes de tomarem medidas;
- e) Tanto os pais como a jovem recusavam a confrontação ou discussão aberta sobre o comportamento evidente, isto é, sobre o comportamento agressivo, mostrando resistência em abordar essas questões em contexto de terapia familiar, centrando-se mais nos comportamentos externos, como fugas e absentismo;
- f) Os progenitores recusavam a imposição de castigos ou respostas de forma consistente, manifestando oscilações e limites, ora muito permeáveis, ora demasiado rígidos (ex. um dia, o pai danificou propositadamente um celular e, no dia seguinte foi com a jovem comprar outro. Outro exemplo é o das compras de bens materiais desajustadas em relação às necessidades ou ao comportamento da jovem).

3) Separação e fusão

- a) A carência de autoridade parental tinha “empurrado” a filha a assumir um papel independente antes do tempo - Pseudoindependência (dependência emocional);
- b) O episódio violento é um mecanismo primitivo de distanciamento forçado, uma vez que a relação de dependência/fusional começa a ser uma fonte de pressão e impossibilita o estabelecimento de outras relações, que são encaradas como traições à lealdade da relação filio-parental, nomeadamente, neste caso, no que dizia respeito à relação com a mãe.

Refletimos, em sessão com os pais e Maria, sobre o fato de os comportamentos da jovem surgirem em consequência da relação comprometida entre a díade parental. Maria foi gradualmente estabelecendo uma aliança com a mãe, posicionando-se de igual para igual com a progenitora, ocupando uma posição de poder no sistema familiar, dado o afastamento/demissão do progenitor desse papel.

Envolvida na dinâmica do casal, Maria, claramente distanciou-se do pai e aproximou-se, de forma simétrica, da mãe, triangulando com a mãe em oposição ao pai, assumindo crescentemente um “*poder*” que não lhe era devido. Entendia-se e impunha-se como capaz de gerir a sua vida e, conseqüentemente, assumia todos os comportamentos de risco referidos, sem que nenhum adulto se afigurasse como referência afetiva e de autoridade.

Em decorrência disso, essa violência da parte da jovem desencadeou um afastamento e desinvestimento cada vez maior da parte do progenitor e uma “*reação branda*” da parte da progenitora, que potenciou a sua submissão numa escalada complementar²⁴.

Estratégias terapêuticas

Procurou-se implicar os progenitores na reformulação do problema, devolvendo-o à família e, por consequência, devolvendo também a solução, responsabilizando-os pelo seu papel parental, redefinindo os seus papéis e tarefas.

Apesar de, inicialmente, os progenitores estarem muito centrados no comportamento de risco, com dificuldade em ver essas questões de um ponto de vista mais macro, colocando a tônica na relação familiar, fomos pensando em conjunto como é que poderíamos tentar alterar esse padrão de relação.

Procurou-se dar sentido aos comportamentos agressivos e de desafio da jovem, passando do ato à palavra, e contextualizamos o comportamento, trabalhando nas seguintes questões²⁷:

- a) Pensar no processo desencadeador da violência e no seu significado;
- b) Refletir acerca dos ganhos de cada um dos elementos com a homeostase do sistema familiar, assente no comportamento agressivo e desafiante da jovem;
- c) Introduzir novas leituras compreensíveis dos comportamentos agressivos;
- d) Tornar compreensível o comportamento da jovem no funcionamento do sistema familiar, sem o legitimar;
- e) Procurar funcionalidade em estratégias alternativas de gerir situações de conflito;
- f) Pensar em conjunto nos benefícios para a jovem e para o seu sistema familiar de um funcionamento diferente;
- g) Mudar a história;
- h) Valorizar a importância da palavra e da comunicação assertiva na família;
- i) Considerar a definição clara de consequências em função dos comportamentos.

Procurou-se adequar os contatos pais-filha, permitindo uma maior autonomização da jovem, sobretudo em relação à mãe. No que concerne ao pai, potenciou-se a relação, aumentando os contatos e tempo de lazer compartilhado com a filha, redefinindo o seu papel no sistema.

Na sequência do trabalho familiar desenvolvido, ponderamos a necessidade de Maria começar a passar alguns fins de semana com os pais para trabalhar a relação entre eles, e, apesar de, inicialmente, os progenitores se terem mostrado resistentes, com receios de que a jovem fugisse e se colocasse novamente em situações de risco, essas idas à casa dos pais aos fins de semana foram correndo gradualmente melhor e foram sendo trabalhadas em contexto de terapia familiar. Nunca ocorreu nenhuma fuga em contexto familiar, e a agressividade foi sendo contida de parte a parte, dando lugar a momentos de comunicação positiva entre os elementos do sistema.

A associação “pais-bens” que a jovem realizava, pela qual percebia essa relação como meramente instrumental, foi subvertida pela associação “pais-funções parentais” e, conseqüentemente, detentores do poder e limites necessários, pelo que se considerou que o processo de terapia familiar havia concretizado os seus objetivos.

Maria começou a ir regularmente passar os fins de semana e períodos mais alargados com os pais, revelando maior estabilidade no cumprimento das regras estabelecidas, o que refletiu a reposição na hierarquização dos papéis dos pais e da filha.

Realizou-se uma 2ª sessão de follow-up, 2 meses após a reunificação familiar, visando pontuar o processo de reorganização familiar, procurando dar suporte e segurança à família na manutenção e consistência das mudanças conseguidas no concernente à dinâmica familiar.

Intervenção psicológica:

Maria teve acompanhamento psicoterapêutico desde a sua integração no CAT, com a psicóloga afeta à equipe, que também é uma das terapeutas familiares.

Numa 1ª fase, o acompanhamento psicoterapêutico centrou-se nas seguintes questões:

1. Coconstrução da relação terapêutica;
2. Construção da sua história de vida;
3. Elaboração das relações e dinâmicas familiares;
4. Organização de si própria em relação ao momento do acolhimento;
5. Estratégias alternativas para gerir o vazio afetivo manifesto em função do acolhimento institucional e conseqüente ruptura com as rotinas habituais;

Maria aderiu ao processo psicoterapêutico de forma adequada e colaborante. A jovem manifestava capacidade de *insight*, de reflexão em relação à forma como percebia o que a rodeava, a si própria e às relações familiares, mas, tendencialmente, assumia uma postura de desresponsabilização em relação aos seus comportamentos e atitudes, colocando a tônica no exterior, procurando adotar estratégias de *aliança e sedução* com o adulto, visando a prossecução dos seus objetivos.

A jovem via a relação com os pais de forma muito utilitária, manifestando alguma dificuldade em pensar nos progenitores em termos de afetos, como *outros* para além dela, com sentimentos e angústias. Consequentemente, mostrava dificuldade em perspectivar as relações sem que fosse para satisfação dos seus interesses.

Numa 2ª fase, procuramos centrar o acompanhamento psicoterapêutico na reorganização de si própria, tendo em conta todas as mudanças na dinâmica familiar. Procuramos trabalhar numa perspectiva individual as questões que eram abordadas em contexto de terapia familiar, de reorganização do padrão da relação vigente, no sistema e na forma como Maria se percebia como elemento desse núcleo familiar, levando-a a se reposicionar no seu papel de filha.

Numa 3ª fase, procuramos continuar o acompanhamento psicoterapêutico consolidando as seguintes questões:

1. Identificação do padrão de relações de dependência com objetos amados (pais, namorado);
2. Alternativas de formas de relação mais adequadas e satisfatórias;
3. Estratégias alternativas para gerir a agressividade latente, quando era contrariada;
4. Organização de si própria em relação ao seu projeto de vida;
5. Definição de objetivos de vida a curto e médio prazos.

Maria manifestava um padrão de relação amor/ódio com todas as pessoas que se revelavam significativas na sua vida, o que desencadeava episódios de agressividade manifesta quando sentia que estava perdendo o controle/poder na relação. Esse padrão de relação foi sendo invertido significativamente na relação com os pais, o que contribuiu para a sua estabilidade emocional, bem como para a sua reorganização e autonomia emocional, e lhe permitiu, progressivamente, centrar-se mais nos seus interesses e objetivos (ex. envolver-se mais no seu percurso escolar/formação; aderir às atividades culturais/desportivas propostas; ter iniciativa de proposta de atividades; participar em ações de voluntariado).

CONCLUSÃO

Na prossecução do direito a uma família que assegure os direitos fundamentais ao desenvolvimento de uma criança/adolescente, priorizamos o trabalho com as famílias, sempre que possível, a fim de aumentar competências, re-enquadrar o problema familiar que está na origem da institucionalização e encontrar alternativas de funcionamento com o sistema, de forma a potenciar o regresso do jovem à família.

No caso ilustrado, com a intervenção terapêutica familiar realizada, o problema deixou de estar em cada um dos elementos do sistema – em Maria (comportamentos de risco e violentos, absentismo), no pai (distante) ou na mãe (permissiva) – e passou a ser identificado na dinâmica familiar que se criou e instalou com o contributo de todos. Assim, foi pela metacomunicação que se pôde propor e gerar mudança.

No contexto da aplicação de uma medida de acolhimento institucional, foi possível triangular a relação pais-filha com a instituição, propiciando o distanciamento necessário à intervenção ecossistémica e à progressiva reorganização familiar.

Com o processo de terapia familiar procurou-se reparar a relação familiar, ajudando os pais a apropriarem-se gradualmente do seu poder parental com o apoio e segurança da instituição como reguladora externa da relação familiar.

O processo de intervenção individual e socioeducativo com a jovem permitiu minimizar os danos da institucionalização, aumentar competências, diminuir recidivas nos comportamentos de risco e ajudá-la a reposicionar-se na reorganização familiar.

Referências bibliográficas:

1. Cottrell B. Parent abuse: the abuse of parents by their teenage children. National Clearinghouse on Family Violence. Government of Canada. 2001 [acesso em 10 jan 2013]. Disponível em: http://www.canadiancrc.com/PDFs/Parent_Abuse-Abuse_of_Parents_by_Their_Teenage_Children_2001.pdf.
2. Paterson R, Luntz H, Perlesz A, Cotton S. Adolescent violence towards parents: maintaining family connections: when the going gets tough. *Australian and New Zealand journal of family therapy*. 2002; 23 (2):90–100.
3. Pereira R. Violencia filio-parental: un fenómeno emergente. *Revista Mosaico*. 2006; 36: 7-8.
4. Robinson PW, Davidson L J, Drebot ME. Parent abuse on the rise: a historical review. *American Association of Behavioral Science online journal*; 2004: 58-67 [acesso em 28 jan 2012]. Disponível em: http://aabss.org/Perspectives2004/AABSS_58-67.pdf.

5. Walsh JA, Krienert JL. Child–parent violence: an empirical analysis of offender, victim, and event characteristics in a national sample of reported incidents. *Journal of Family Violence*. 2007; 22 (7): 563-574.
6. Brezina T. Teenage violence toward parents as an adaptation to family strain: evidence from a national survey of male adolescents. *Youth & Society*. 1999; 30 (4): 416-444.
7. Peek C, Fisher J, Kidwell J. Teenage violence toward parents: a neglected dimension of family violence. *Journal of Marriage and the Family*. 1985; 47 (4): 1051-1060.
8. DeKeseredy WS. Four variations of family violence: a review of sociological research, National Clearinghouse on Family Violence; 1993.
9. Specialist Issues: Child to parent violence [acessado em 10 fev 2013]. Disponível em: http://www.phac-aspc.gc.ca/ncfv-cnivf/pdfs/fv-2003parentabuse_e.pdf.
10. Laurent A, Derry A. Violence of French adolescents toward their parents. *Journal of Adolescent Health*. 1999; 25 (1): 21-26.
11. Cyrulnik B. *El amor que nos cura*. Barcelona: Gedisa; 2005.
12. Calvete E, Orue I, Sampedro R. *Violencia filio-parental en la adolescencia: rasgos contextuales y personales*. Bilbao. No prelo; 2010.
13. Pereira R, Bertino L. Cuando los adolescentes toman el poder: un caso de violencia filio-parental. *Sistemas familiares y otros sistemas humanos*. 2010; 26 (1): 93-115.
14. Garcia T, Pereira R. Violencia filio-parental: revisión de la bibliografía. *Revista Mosaico*. 2006; 36: 10-17.
15. Bobic N. *Adolescent violence towards parents: australian domestic & family violence*. Rosemount: Clearinghouse; 2004
16. De Shazer S, Berg IK. Doing therapy: a post-structural re-vision. *Journal of Marital and Family Therapy*. 1992; 18: 71-81
17. Jenkins A. *Invitations to responsibility: the therapeutic engagement of men who are violent and abusive*. Adelaide. South Australia: Dulwich Centre Newsletter; 1990
18. Micucci JA. Adolescents who assault their parents: a family systems approach to treatment. *Psychotherapy*. 1995; 32 (1): 154-161
19. Sheehan M. Adolescent violence: strategies, outcomes and dilemmas in working with young people and their families. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*. 1997; 18 (2): 80-91.
20. White M. The process of questioning: a therapy of literary merit. *Dulwich Centre Newsletter*; 1988: 8-14.

21. White M, Epston D. Narrative means to therapeutic ends. NY: Norton; 1990.
22. Crittenden P. Nuevas implicaciones clínicas de la teoría del apego. Valencia: Promolibro; 2002.
23. Pereira R, et al. Los hijos que agreden a sus padres. La actitud del profesional de atención primaria. Revista Formación Médica Continuada en Atención Primaria. 2010; 17 (1): 39-47.
24. Alarcão M. (Des) equilíbrios familiares. Coimbra: Quarteto; 2000.
25. Pereira R, et al. Protocolo de intervención en violència filio-parental. Revista Mosaico. 2006; 36: 27-32.
26. Portugal. Lei nº 147/99, de 1 de setembro de 1999. Promoção e Proteção de Crianças e Jovens. Diário da República, 1 de setembro de 1999; DR N.º 204, Série I-A.
27. Pereira R. Psicoterapia de la violencia filio-parental. Ed. Morata, Coleção McGraw-Hill; 2011.
28. Gallagher E. Youth who victimize their parents. Australian and New Zealand journal of family therapy. 2004; 25 (2): 94-105.
29. Pereira R, Bertino L. Uma compreensão ecológica da violència filio-parental. Redes. Revista de psicoterapia relacional e intervenciones sociales. 2009; 21: 69-90.
30. Cirillo S, DiBlasio D. Niños maltratados: diagnóstico y terapia familiar. Milan: Paidós; 1991.

Endereço para correspondência:

Apartado 66 2554-909 Cadaval, Portugal

e-mail: neusapatuleia@gmail.com